

Melhor ensino com mais autonomia para as escolas

Alarga-se a ideia de proporcionar uma maior margem de liberdade às escolas para definirem o plano de estudos. Um caso recente é uma iniciativa da Comunidade de Madrid. Os principais beneficiados serão as escolas públicas, se a sua pouca autonomia para formar o seu corpo docente não lhes estorvar na prática o aproveitamento dessa flexibilidade.

Não é frequente que um partido político avance uma reforma e um destacado membro do partido contrário a considere interessante. Menos ainda se a ideia se refere ao ensino. É o que ocorreu com o anúncio feito pela Comunidade de Madrid de permitir às escolas e institutos definirem 35% do seu plano de estudos.

Segundo a lei de educação em vigor em Espanha (LOE), o Ministério da Educação e Cultura fixa 65% do programa, assim como as horas mínimas que devem ser dedicadas às cadeiras obrigatórias. Cada comunidade autónoma estabelece os restantes 35%. A de Madrid decidiu transferir essas funções para os próprios centros escolares.

A medida não concede total discricionariedade à direção das escolas. A administração autonómica terá de aprovar o currículo de cada centro. Além disso, as escolas que voluntariamente adotem esta possibilidade, deverão submeter-se às avaliações externas estabelecidas pela Consejería de Educación.

O objetivo é dinamizar o sistema educativo, diversificá-lo de modo que ofereça uma maior variedade de ofertas para os pais e, de passagem, motivar os próprios estudantes.

Com 35% do programa nas mãos das próprias escolas, espera-se que cada um adapte o currículo às suas principais necessidades ou interesses. Assim, alguns centros optarão pelo ensino de um terceiro idioma; outros, por um perfil mais orientado para as humanidades ou para as ciências; outros pelo reforço em matemática ou na língua.

Não é a primeira vez que se avança com algo parecido. Um exemplo são as escolas bilingues financiadas com dinheiros públicos, das quais a mesma Comunidade de Madrid fez bandeira. Nelas, a carga letiva das cadeiras foi modificada

para incluir uma hora diária de Inglês, em vez das três semanais do currículo oficial.

De maior calibre – mais parecida com a avançada em Madrid – foi a reforma aprovada na Catalunha. Segundo esta, o centro escolar poderá substituir algumas cadeiras do curso, criar outras novas ou mesmo juntar, numa mesma sala de aula, alunos de diversos cursos, sempre que a estratégia educativa o justifique.

As reformas da Catalunha ou Madrid partem de uma premissa: quanto maior autonomia do centro escolar, mais criatividade; quanto maior criatividade, mais variedade de oferta; quanto a oferta for mais variada, mais concorrência; e quanto maior concorrência, mais esforço para melhorar.

Não é de estranhar que a queixa habitual entre muitos profissionais do ensino seja a de que o sistema é demasiado rígido, e que a rigidez prejudica a qualidade.

Contudo, esta flexibilidade desperta receios entre os que pensam que esta medida só se poderá aplicar efetivamente em centros escolares privados e concertados, e que, portanto, contribuirá para acentuar o fosso entre estes e os centros públicos, onde a maior rigidez do corpo docente pode ser um obstáculo.

Outro fator associado à rigidez do corpo docente nos centros públicos é que, por não poder decidir quem contrata, é mais difícil à direção formar uma equipa docente coesa em torno de determinados objetivos. Por outro lado, o facto de a antiguidade constituir o principal ativo na promoção, não favorece a motivação do professor.

Em declarações ao periódico “Magisterio”, José Luis Garivia, professor da Universidad Complutense de Madrid, salientava a perigosa fronteira entre a igualdade de oportunidades e o igualitarismo: “Quando se fala de excelência, estabelece-se como limite a equidade. E isto reflete uma realidade, onde o sistema educativo espanhol concebe a busca da excelência como um jogo de soma zero, de forma que, quem a procura, considera-se que vai desviar recursos de outros que podem precisar mais deles. E o nosso sistema, que tem uma conceção comunitarista, considera que isso é mau [...] Por isso, neste sistema é praticamente impossível que um centro adote práticas didáticas e pedagógicas inovadoras, porque a lei o impede”.

Os dados não favorecem, além disso, esta concepção comunitarista segundo a qual a excelência e a igualdade estariam em desacordo de algum modo: nas últimas provas escolares realizadas, as comunidades que obtiveram um maior número de classificações de excelência foram também as que contavam com um menor número de alunos com mais idade.

Pelo contrário, o “excesso de equidade” do sistema educativo espanhol levou a que só 3% dos jovens espanhóis tenham alcançado os níveis máximos de excelência, enquanto que a média na OCDE ronda os 8%.

Em parte, a eficiência de uma escola tem a ver com o aproveitamento dos seus recursos económicos; aspeto em que, segundo o relatório “Going for Growth 2008”, da OCDE, os centros escolares concertados e privados se encontram num nível acima dos públicos. Nesse mesmo relatório, sugere-se que o gasto público é mais eficiente se seguir as preferências do utente, elogiando-se assim o cheque escolar.

Todavia, a solução não se limita a otimizar o dinheiro, nem os resultados académicos estão tão determinados pelo fator socioeconómico do aluno que, segundo algumas investigações, responde por apenas um terço dos resultados. Basta observar o exemplo de países como a Coreia do Sul e a Finlândia, que estão no topo dos resultados académicos sem serem os que mais gastam. No outro lado, a Espanha situa-se acima da média da OCDE em gastos e abaixo em resultados.

A eficácia tem que ver também com o papel do diretor da escola. O relatório da OCDE salienta que o rendimento do centro costuma melhorar quando a equipa diretiva goza de mais autonomia.

Outra discussão é sobre que características deve cumprir o diretor, ou quem deve escolhê-lo. A este respeito, há quem defenda a profissionalização do cargo. Isto possibilitaria que apenas houvesse acesso de pessoas especificamente preparadas para a tarefa de dirigir centros escolares. Os detratores desta opção consideram que um diretor que não tenha saído do corpo de professores ficará deslegitimado e será menos eficaz.

Outra das recomendações da OCDE no seu relatório é evitar o zoneamento no ensino público: “Uma análise empírica mostra que estas fórmulas – distribuição dos alunos por lugar de residência – estão associadas a maiores níveis de ineficiência”. De modo parecido a como aconteceria com os professores, oferecer mais possibilidades para escolher um centro ou outro, ou para mudar, deveria favorecer a identificação com o centro.

Outro dos desafios é a avaliação comparada e transparente dos centros. Em Espanha, as comunidades que introduziram exames normalizados obtêm melhores resultados.

Apesar de a avaliação comparada ser explicitamente recomendada pela OCDE no seu relatório – mesmo que se advirta que, para realmente existir concorrência entre os centros, se deveria prever mecanismos de ajuda para aqueles

com mais dificuldades –, quando a Comunidade de Madrid propôs aplicá-la nas suas escolas, a maior parte dos sindicatos da escola pública opuseram-se.

Alguns pensam que esta competitividade acarretaria uma consequência negativa: os títulos do ensino obrigatório teriam um valor muito diferente, dependendo do centro. No entanto, isto acontece já, embora de forma pouco transparente. Por outro lado, em muitos casos, o preço que se paga por igualar os títulos é a mediocridade. Além disso, partindo do princípio de que o interessante será a existência da qualidade do ensino, existe sempre o recurso de financiar iniciativas privadas que demonstrem a sua eficiência.

F. R.-B.

Não é a igualdade, presidente: é o casamento

Barack Obama irá no início de setembro a Charlotte, a principal cidade da Carolina do Norte, para assistir à Convenção Democrata Nacional que o proclamará candidato do partido nas eleições presidenciais de novembro seguinte. Este estado é, como há quatro anos, um dos considerados cruciais para Obama. Tem uma sólida base democrata (nas legislativas estaduais de 2010 elegeu a sua primeira maioria republicana em 140 anos), mas, em 2008, deu os seus 15 votos eleitorais a Obama pela estreitíssima margem de 0,32%.

Obama declarou-se oficialmente favorável à legalização do casamento homossexual no dia seguinte aos eleitores da Carolina do Norte terem decidido, por folgada maioria de 61%, o contrário. Desde agora, a Constituição do estado define o casamento entre uma mulher e um homem como o único válido na Carolina do Norte.

O anúncio de Obama era esperado, mas não agora. Ao que parece, tinha pensado fazê-lo pouco antes da Convenção Democrata; mas fê-lo dar o passo antecipado, o Vice-Presidente Joe Biden, ao dizer a 6 de maio que não o incomodava a ideia do casamento homossexual. Agora soube-se que Obama tinha a posição tomada desde o início do ano, depois de uma longa reflexão pessoal e de falar com a sua família.

O eleitorado negro, que votou por Obama, é maioritariamente contrário ao casamento homossexual.

Contava-se que Obama chegaria a essa conclusão desde que há dois anos afirmou que a sua forma de pensar, originalmente contrária ao casamento homossexual, estava “a evoluir”. Indicavam-no os fragmentos das suas deliberações que foi avançando, pois centravam-se não na diferença entre determinadas uniões e noutras, mas na igualdade das pessoas. Colocado assim o tema, era previsível que o presidente rapidamente ficaria sem argumentos.

O sinal mais claro da direção que tomavam os seus pensamentos foi no ano passado, quando ordenou ao Departamento de Justiça que deixasse de intervir nos tribunais a favor da Lei de Defesa do Casamento. Esta lei, em vigor desde 1996, dispõe que o casamento entre homem e mulher é o único reconhecido pelo governo federal e permite aos estados não aceitarem a validade de um casamento homossexual realizado noutro.

Numa entrevista à “ABC News”, o presidente sublinhou, entre as razões que o tinham levado a reconsiderar a sua posição, as alegadas por cada vez mais pessoas, especialmente os jovens. “Quando vou aos campus universitários, às vezes falo com estudantes republicanos que consideram muito más as minhas políticas na economia, na política externa, mas quando se trata de igualdade homossexual ou de orientação sexual, é muito claro que acreditam na igualdade”.

Com efeito, as posições em torno do casamento homossexual não se distribuem de todo consoante a filiação política. Também existe o exemplo contrário ao desses estudantes republicanos. Há um grande número de eleitores que concordam com Obama em quase tudo, mas que não o acompanham no tema do casamento, como os negros. Assim, fundamental para a vitória da Proposta 8 na Califórnia (para reconhecer apenas o casamento entre homem e mulher na Constituição estadual) foi o apoio dos negros, que acorreram às urnas em maior número do que de costume para votarem a favor da reforma constitucional. As maiorias nos restantes plebiscitos semelhantes, na Carolina do Norte e noutros estados, incluíam uma parte considerável dos democratas.

Mas agora Obama pode alegar que conta com uma nova maioria nacional. Uma sondagem recente do Pew Research Center regista, pela primeira vez, mais norte-americanos favoráveis ao casamento homossexual (47%) do que oponentes (43%). A diferença, todavia, é pequena, e na importante minoria têm um peso superior as pessoas com mais de 50 anos, que participam mais nas eleições.

Pelo contrário, entre os que Obama ganha apoiando o casamento homossexual, figuram outras pessoas que podem proporcionar-lhe importantes fundos para a sua campanha. Esta causa é muito promovida por uma elite pró-gay endinheirada, a qual estava algo dececionada com Obama: considerava-o do seu lado, mas sem disponibilidade para se comprometer. Há pouco tempo, a Casa Branca anunciou que o presidente não tem previsto assinar um decreto para proibir expressamente a discriminação por orientação sexual da parte dos fornecedores do governo federal. Isto privou-o de donativos, como se pôde observar em atos recentes para recolha de fundos organizados pelo movimento gay.

Os rendimentos políticos que Obama pode obter colocando-se a favor do casamento homossexual serão compensados pelo apoio que pode perder entre parte do eleitorado. Deve preocupar-se especialmente com o voto dos negros, que continuam a ser maioritariamente contrários. Provavelmente, a maior parte dos restantes que têm a mesma posição não votariam em Obama de qualquer forma, embora possa

acontecer que devido a este motivo aumente a sua participação nas eleições. Ora, poucos consideram que o tema do casamento homossexual venha a ser decisivo nas eleições presidenciais de novembro.

De qualquer modo, Obama justifica a sua tomada de posição por convencimento pessoal, a que chegou devido a novas experiências. Como disse na entrevista, as suas duas filhas (de 13 e quase 11 anos) têm amigos e companheiros que vivem em lares de uniões homossexuais. A elas “não entraria na cabeça que os pais dos seus amigos recebessem um tratamento diferente”. Isto, acrescentou, “é uma dessas coisas que provocam uma mudança de perspetiva”. Ele não via como “explicar aos filhos porque alguém teria de ser tratado de modo diferente, aos olhos da lei”.

Todavia, talvez haja pais capazes de explicar aos seus filhos que todas as pessoas têm os mesmos direitos fundamentais e que o casamento não é a mesma coisa que uma relação homossexual. Que não é arbitrário tratar na lei de modo diferente as uniões de duas pessoas que podem ter filhos comuns e as de outras que só podem adotar uma criança de uma delas ou de terceiros. Que perante o Estado, cada um pode fazer em privado aquilo que quiser, desde que não seja delito e, por isso, não se deve dar estatuto público à orientação sexual.

As razões de Obama repetem o mantra do igualitarismo fácil que confunde o respeito pelas pessoas, com o sancionamento legal das opções. Em derradeira análise, a única igualdade que se consegue é a dos desejos, porque na realidade não se suprimem as diferenças. Que os homossexuais são cidadãos como os outros é algo que ninguém nega. Mas o tema do casamento homossexual não é sobre a homossexualidade: é sobre o casamento.

R. S.